

## EDITORIAL

---

A revista *SER Social* chega a sua edição número 40 sendo publicada de forma contínua desde 1º semestre de 1998. Uma marca importante para periódicos acadêmicos, ainda mais diante do cenário nada favorável ao ensino e à pesquisa no Brasil, com profundos cortes de recursos orçamentários nas universidades públicas brasileiras.

O Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) por meio de seu corpo docente e discente vem envidando todos os esforços para a manutenção deste importante periódico científico, o primeiro da UnB a ser disponibilizado na plataforma *SEER* e classificado, atualmente, como A-2 pelo sistema Qualis Periódicos da Capes na área de Serviço Social.

Este número da revista dá prosseguimento a temática iniciada na *SER Social* nº 39, agora dedicando-se ao tema “trabalho e previdência” visando oferecer aos leitores artigos críticos sobre as condições de trabalho e o corte de direitos no Brasil de hoje.

Como já apontamos no editorial da *SER Social* nº 39, a situação para os/as trabalhadores/as brasileiros/as tornou-se ainda mais grave e precária. Durante a edição deste número foi aprovada a chamada “reforma trabalhista”, o maior retrocesso na história dos direitos trabalhistas desde da República Velha. A partir de agora não há praticamente direitos assegurados vinculados ao “mundo do trabalho”, pois o “acordado” passa a valer sobre o “legislado” isso tudo em um cenário econômico de recessão, de baixa remuneração e taxa recorde de desemprego.

Acreditamos que a *SER Social* 40 ao reunir artigos de autores/as e pesquisadores/as das diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais apresenta uma importante contribuição da universidade para pensar o Brasil de hoje.

A seção *Artigos Científicos Temáticos* traz cinco artigos específicos sobre trabalho e previdência.

O primeiro texto, de autoria de Milena da Silva Santos, trata da influência das agências multilaterais nas chamadas “reformas” da previdência social no Brasil. A autora analisa o percurso histórico das “reformas” realizadas nas últimas duas décadas no Brasil e destaca as formas de atuação do Estado em auxílio ao grande capital no enfrentamento da crise econômica mundial, sob recomendações das agências multilaterais, principalmente do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A seguir o artigo “Serviço Social na previdência social: gênese, desenvolvimento e perspectivas contemporâneas” de Alano Macedo e Joana Moreira apresenta uma análise dos determinantes políticos, econômicos e sociais que redefiniram a proposta de organização e intervenção dos assistentes sociais na previdência social. O texto traz reflexões sobre os limites e as possibilidades para o Serviço Social previdenciário no período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e os desafios para garantir direitos sociais, sobretudo, após o golpe de Estado orquestrado com maestria pela burguesia rentista em nosso país.

Rosa Helena Stein com o artigo “La protección social en América Latina y la particularidad de la asistencia social” traz uma importante análise da especificidade da assistência social no contexto da proteção social na América Latina e os desafios que estão postos para a ampliação dos direitos sociais. Uma vez que na América Latina há o predomínio de programas de transferências de renda em detrimento as políticas universais, como a da previdência social.

O artigo de Fernando Meressi e Marília Steinberger analisa o acesso dos trabalhadores à alimentação e à habitação a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, no período de 2004 a 2013, marcado pela recuperação do valor do salário mínimo. A seção temática fecha com o artigo de Lauro Mattei demonstrando que apesar da maior inserção das mulheres no mercado trabalho, ainda permanecem gritantes distorções de gênero, especialmente em relação aos salários. O autor analisa a situação do mercado de trabalho em Santa Catarina.

A seção *Artigos de Temas Livres* traz seis textos. Um primeiro, que estuda a responsabilidade social da empresa costarriquenha com uma perspectiva crítica de Mariangel Alvarado. Em seguida, tem-se uma

importante análise dos impactos das hidrelétricas sobre as populações em artigo escrito por Carmem Giongo, Jussara Mendes e Rosângela Werlang. A seguir Joana Garcia e Camila Oliveira analisam a (des) proteção de crianças e adolescentes no Brasil, a partir das demandas dirigidas aos Conselhos Tutelares.

A seguir, Cruz e Marinho discutem a participação e insurgência no contexto do Promaben, em Belém do Pará. A seção fecha com um artigo sobre o Serviço Social e a Saúde Mental, assinado por Mota e Rodrigues. Por fim, a seção traz dois artigos que discutem o direito social no âmbito das políticas esportivas. O primeiro de Pedro Athayde, Felipe Passos e Marcelo Húngaro que aborda a “questão social” na realidade brasileira, a partir de reflexões sobre as atuais políticas sociais esportivas. E o segundo de José Soares que analisa os planos plurianuais (PPA) do governo federal de 2008 a 2015 para o esporte e o lazer.

Desejamos a todos/as, uma boa leitura!

Comissão Editorial da *SER Social*